
Novos valores ecológicos e agricultura sustentável¹

João Guerra*

Ao longo dos séculos, a agricultura tem vindo a manter um papel delineador do espaço rural, mas assume, simultaneamente, uma cada vez maior dependência dos ecossistemas e da qualidade ambiental que a própria actividade gera e condiciona. Em paralelo, os novos valores sociais marcados pelos ideais ecológicos têm vindo a impor-se paulatinamente e surgem cada vez mais associados à denúncia dos efeitos menos nobres das actividades agrícolas e agro-industriais, desempenhando um papel impulsionador de métodos agrícolas alternativos que respondam às exigências de mais qualidade e maior sustentabilidade.

A agricultura biológica responde a este imperativo social através de um modo de produção que enfatiza a preservação ambiental, o bem-estar animal, o uso sustentável de recursos, a defesa dos *habitats* naturais e semi-naturais e a protecção das paisagens rurais tradicionais e respectivos modos de vida. No entanto, a decisão de enveredar por este modo de produção agrícola depende, por um lado, da necessidade, mais ou menos sentida, de explorar opções que possam responder satisfatoriamente aos problemas provocados por práticas e técnicas que provaram ser (a médio ou longo prazo) pouco sustentáveis e, por outro lado, da confiança de que seja esta a melhor alternativa para o futuro, quer do ponto de vista económico (onde se pesam os prós e os contras de investimentos que se podem revelar de risco), quer do ponto de vista ético (onde pesam os novos valores ecológicos que reequacionam posicionamentos produtivistas mais antropocêntricos).

O texto que se segue pretende, basicamente, lançar alguma luz sobre este último aspecto: em que medida se mostram importantes, para o desenrolar da conversão agrícola ao modo de produção biológico, as representações sociais sobre preservação ambiental e os novos valores ecológicos presentes num processo abrangente e gradual que Dunlap designou por *mudança paradigmática* e que, à semelhança do que acontecerá na sociedade em geral, estará a ganhar terreno também entre a comunidade agrícola?

De facto, as pressões ambientais antropogénicas associadas ao produtivismo assumiram, no último século, tal grau de importância que despoletaram uma progressiva contestação ao crescimento intensivo e tornaram mais premente o repto de reconciliar os modos de produção com os objectivos de preservação ambiental. Ainda assim, muitos problemas — na generalidade problemas ambientais globais — parecem longe de uma resolução satisfatória. De entre os mais preocupantes, segundo a OCDE, inclui-se a poluição agrícola e alguns outros problemas com ela relacionados, como a perda de biodiversidade, a degradação das águas subterrâneas ou a disseminação de produtos químicos no ambiente. Se, “para fazer face às necessidades esperadas a nível mundial, a indústria agro-alimentar precisará dobrar a sua produção no próximo meio século” (OCDE, 2001: 8), o desafio que se impõe será, sem pôr em causa a satisfação das crescentes necessidades alimentares mundiais, conseguir a diminuição progressiva do impacto da produção agrícola sobre os recursos naturais e potenciar os efeitos benéficos que uma agricultura sustentável terá no reequilíbrio ecológico, não esquecendo o papel que pode desempenhar na defesa da saúde humana e dos modos de vida tradicionais.

Assentando a agricultura biológica numa abordagem de produção holística que promove, de forma integrada e sistémica, a biodiversidade, os ciclos biológicos, a produção de alimentos seguros e nutritivos e a salvaguarda do bem-estar animal e a justiça social, ultrapassa largamente os benefícios de uma simples inclusão ou exclusão de determinados factores de produção. De facto, os imperativos do desenvolvimento sustentável — que mantém ou permite

¹A partir da análise dos resultados de um inquérito lançado aos agricultores convertidos (ou em processo de conversão) ao modo de produção biológico, no âmbito do V Curso de Mestrado em Ciências Sociais do ICS-UL.

* Observa

manter recursos e capacidades ao longo do tempo, mas que, simultaneamente, procura promover o bem-estar social a partir de um uso racional desses mesmos recursos (Cf. OCDE, 2001: 8) — colocam-se nos mesmos moldes para a actividade agrícola que, correndo o risco de minar a sua própria base de sustentação, não pode retirar da terra mais recursos do que os que vão sendo repostos ao longo do tempo pelos ciclos de regeneração natural.

Reduzir os efeitos da agricultura sobre o ambiente e integrá-los nos custos de produção já que muitos deles se disseminam pela globalidade da economia e dos ecossistemas sem ter em conta as consequências sobre os ecossistemas que daí resultam — parece ser a via que melhor permite atingir os almejados níveis de qualidade ambiental. Tal desiderato dependerá, em boa parte, dos mecanismos e políticas de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis e, necessariamente, de uma redução das ajudas à produção intensiva, mas não prescinde do impulso que o processo em curso de mudança paradigmática — para utilizar a terminologia de Catton e Dunlap — implica numa nova abordagem de encarar o mundo, os recursos naturais e o papel da humanidade na preservação do ambiente.

Acompanhando a evolução das condições objectivas existentes — a degradação das condições ambientais —, a emergência desta problemática enquanto problema social tem vindo a ganhar notoriedade na sociedade portuguesa, suscitando a emergência de diferentes maneiras de encarar o mundo, na vanguarda de uma sociedade mais consciente dos limites naturais². Estamos, segundo Catton e Dunlap, perante a emergência do Novo Paradigma Ecológico — uma tomada de consciência que questiona o lugar da humanidade no mundo e o papel que desempenha na transformação do ambiente — que se opõe ao Paradigma Social Dominante assente em valores vincadamente antropocêntricos (Catton e Dunlap, 1978; Catton e Dunlap, 1980; Dunlap, 1993; Dunlap e Catton, 1993, Dunlap, Van Liere, Mertig e Jones, 2000). Tratar-se-á, afinal, de um confronto ainda sem fim à vista que resulta do facto de, por um lado, as sociedades humanas dependerem da exploração dos ecossistemas envolventes para progredirem, mas, por outro lado, com a intensificação da exploração de recursos naturais a que se vem assistindo, poderem estar a destruir a sua própria base de sustentação.

Esta consciencialização ecológica tem vindo a granjear uma visibilidade e aceitação progressivas entre a população em geral, pelo que é legítimo esperar que os agricultores não atravessem imunes este processo. Assim, continuando na esteira de Riley Dunlap, procurámos perceber de que forma os modos de produção convencionais — agricultura de larga escala, altamente industrializada e produtivista — estão ou não a ser desafiados por um movimento agrícola alternativo mais próximo das necessidades das pessoas e ecologicamente mais sustentável³ (Cf. Beus e Dunlap, 1990). A verificar-se, este desafio implica o abandono das práticas agrícolas convencionais e o retorno a um equilíbrio que parecia ter naufragado nas malhas da agro-indústria e que, a reconquistar-se, permite vislumbrar uma agricultura mais integradora das suas várias actividades, mais respeitadora dos equilíbrios ecossistémicos e mais socialmente justa.

Foi, portanto, nosso objectivo tentar perceber de que forma a assunção dos valores agrícolas alternativos se mostrou importante para que os agricultores se decidissem pela conversão ou pela permanência no modo de produção biológico. Neste processo de mudança paradigmática, os autores identificam seis dimensões (Beus e Dunlap, 1990, 1991,

² Evolução confirmada, no caso da sociedade portuguesa, quer pelos dois últimos inquéritos levados a cabo pelo Observa (ver em particular Lima, Coimbra e Figueiredo, 2000 e Lima e Guerra, 2004b), quer pelo inquérito realizado pelo ICS-UL, no âmbito do ISSP (ver em particular Lima e Guerra, 2004a).

³ Estamos perante duas posições ou perspectivas que fazem parte de um contínuo onde os indivíduos se vão apoiando para tomar decisões. Como referem os autores, “nem todos, nem mesmo a maioria dos indivíduos, se podem identificar com um ou com outro paradigma sem conflitos de posições” (Beus e Dunlap, 1991: 432). Os paradigmas devem ser vistos, por isso, como ideais tipo, como construções úteis representativas de posições extremas que ajudam a esclarecer os debates em torno do desenvolvimento agrícola e da agricultura sustentável. Espera-se, como na sociedade em geral, que a mudança paradigmática entre os agricultores se faça gradualmente, pelo que a assunção de valores alternativos e/ou ecológicos não implica, necessariamente, uma liminar recusa dos valores convencionais e/ou antropocêntricos.

1994,) que, interrelacionando-se entre si, dão lugar ao confronto continuado de duas perspectivas ou paradigmas diametralmente opostos. São elas:

1) **Centralização / descentralização** – Recusa de um modelo que privilegia processos de produção, processamento e distribuição direccionados para o lucro e para mercado e dirigidos do exterior pelos grandes grupos económicos. Esta situação terá resultado no menosprezo dos condicionalismos locais (sejam eles de origem social, sejam de origem ambiental). A descentralização defendida pelo novo paradigma assenta, por isso, numa aposta mais firme na produção, processamento e comercialização de cunho e controlo local que, pela proximidade e conhecimento que implica, garante um lugar às peculiaridades locais e à diversidade, não só de produtos, como de produtores.

2) **Dependência/ independência** – Rejeição da utilização desregrada e intensiva de capitais e tecnologias que fomentam a dependência de fontes de energia, produtos e serviços exteriores à exploração, impedem a auto-suficiência, a reciclagem, o reaproveitamento e a gestão equilibrada dos recursos naturais locais. Privilegiar a utilização de recursos autóctones, o conhecimento pessoal e as tradições locais é a solução apontada para imprimir uma perspectiva mais equilibrada e mais estimulante das potencialidades naturais e sociais locais que exclua ou mitigue a dependência.

3) **Competição/ cooperação** – Abandono da lógica de competição implícita num tipo de agricultura intensiva e produtivista que, perspectivando as explorações agrícolas como unidades de negócios, ignora constrangimentos sócio-naturais a favor do que, supostamente, serão melhores índices de competitividade (redução de custos de produção, maiores margens de lucro, maior rendimento). A aposta num desenvolvimento integrado e sustentável implica, portanto, o reassumir dos limites dos ecossistemas naturais, a cooperação e barganha de conhecimentos e a preocupação com valores culturais tradicionais sobre os quais o desenvolvimento rural local se pode ancorar de forma equilibrada.

4) **Dominação/ harmonia** – A ideia arrogante de superioridade humana sobre a natureza converte a humanidade em beneficiária de produtos e serviços naturais e a natureza em fonte de recursos disponíveis e a usar sem limitações, fazendo tábua rasa das preocupações com os ciclos de regeneração natural. Os valores ecológicos emergentes reflectem a necessidade de interpretar, ultrapassar e evitar os riscos e ameaças decorrentes do uso abusivo de agro-químicos e outros produtos da agro-indústria, e reconhecem os constrangimentos e os limites a que, apesar das capacidades excepcionais que lhe permitem manipular a seu favor os ecossistemas, a humanidade está sujeita.

5) **Especialização/ diversidade** – A especialização resulta na redução da base genética, na padronização dos sistemas produtivos e na desintegração produtiva. Separando produção pecuária da produção agrícola, por exemplo, perdem-se os benefícios da complementaridade. A defesa da biodiversidade implica, portanto, uma visão integrada das explorações agrícolas que recusa a produção especializada de monoculturas e incentiva práticas e produções diversificadas, tendo em conta a complementaridade e a rotação entre culturas e actividades.

6) **Intensificação/ restrição** – Numa lógica de curto prazo e com a finalidade de tornar a actividade agrícola cada vez menos dependente de factores naturais, a intensificação agrícola induz à prática de métodos agressivos para o meio ambiente (*i.e.*, uso elevado de agroquímicos), procurando rentabilizar os investimentos realizados e reduzir as incertezas na produção. Numa perspectiva de médio/ longo prazo, os valores alternativos introduzem a questão da preservação de recursos renováveis e não renováveis e a necessidade de não fazer uso de inovações tecnológicas, ignorando os seus efeitos nas condições e nas peculiaridades edafo-climáticas presentes.

Para perceber como a transição entre paradigmas se processa entre os agricultores ‘biológicos’ — espera-se que a legitimação das propostas alternativas tenda a verificar-se paralelamente com o declínio progressivo dos padrões industriais, produtivistas e intensivos da agricultura actual

(Cf. Veiga, 1996: 389) — inspirámo-nos numa escala criada por Beus e Dunlap (1991), mas procurando adaptá-la às realidades da agricultura portuguesa. Ensaámos, assim, um instrumento menos ambicioso, com apenas 12 das afirmações originais, sem, apesar disso, deixar de cobrir a complexidade do processo de assunção ou recusa de um conjunto de crenças e valores sociais fundamentais que, como os autores defendem, constituem os componentes principais do confronto de pontos de vista entre o paradigma agrícola alternativo e o paradigma agrícola convencional.

Quadro 1 – Escala de adesão aos valores alternativos, média de respostas a cada uma das afirmações e respectivas correlações

Dimensões	Indicadores	Média ⁴	Ri-t
1 Centralização/ Descentralização Do poder de decisão nos meios de produção e de comercialização	A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o funcionamento do mercado.	2,834	0,345
	Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.	2,663	0,329
2 Dependência/ Independência Face aos factores externos e aos produtos da agro-indústria.	Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.	2,051	0,429
	O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada dos recursos.	3,257	0,265
3 Competição/ Cooperação Competitividade e lucro ou a inclusão de especificidades locais.	Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas.	3,034	0,105
	Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.	2,171	0,306
4 Dominação/ Harmonia Respeito pelos equilíbrios naturais ou a afirmação de poder sobre a natureza.	Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza.	3,817	0,230
	Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.	2,394	0,147
5 Especialização/ Diversidade Redução da base genética ou a preservação da biodiversidade.	Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.	3,714	0,415
	As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.	3,160	0,183
6 Intensificação/ Restrição Exploração intensiva de recursos ou comprometimento com a preservação.	Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	3,714	0,214
	A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.	3,800	0,164
	Total no conjunto das 12 afirmações da escala	2,916	0,611

Como podemos constatar no quadro 1, o respeito pelas leis da natureza e pelos limites naturais parece garantir a concordância sem reservas de uma boa parte dos inquiridos, destacando-se com as médias mais elevadas as duas afirmação da dimensão ‘*Intensificação / restrição*’ (3,800 e 3,714) e a afirmação “um futuro agrícola promissor

⁴ Para tornar os resultados da análise mais claros, e ainda que originalmente as respostas *Concordo totalmente* e *Concordo* correspondessem a 1e 2 e *Discordo totalmente* e *Discordo* a 3 e 4, os valores foram recodificados para que, em todas as afirmações da escala, 1 correspondesse sempre ao grau de menor adesão aos valores ecológicos da agricultura alternativa e, no extremo oposto, 4 correspondesse ao maior grau de adesão aos mesmos valores ecológicos.

repouso, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza” incluída na dimensão *‘Dominação / harmonia’* que consegue o valor mais elevado (3,817). Refira-se ainda, dentro do grupo de médias mais elevadas, a afirmação “para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos” que merece o desacordo vincado dos inquiridos (3,714). A recusa da ideia de especialização como um factor positivo para a produção agrícola afirma, uma vez mais, o valor da diversidade e dos equilíbrios naturais a ela associados que só um modo de produção mais integrado e diversificado pode garantir.

Num segundo grupo, com valores mais baixos mas, ainda assim, acima da média geral, encontramos as afirmações “o uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada dos recursos” (3,257), “as explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais” (3,160) e ainda “pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas” (3,034). A independência face aos factores de produção e aos produtos agro-industriais, a necessidade de manter a diversidade de culturas e preservar os patrimónios genéticos locais e a defesa de uma agricultura de pequena escala mais próxima das necessidades reais parecem manter um grau de adesão consistente entre os inquiridos, ou não se tratasse de agricultores “convertidos” ao modo de produção biológico.

As restantes afirmações obtêm todos resultados abaixo da média global (2,916) mas, ainda assim, sempre com valores superiores a 2. Recordando que, na escala, 1 e 2 correspondiam aos valores antropocêntricos ou convencionais e 3 e 4 aos valores pró-ecológicos ou alternativos, o resultado é, como seria de esperar entre este tipo de agricultores, globalmente pró-ecológico. Ainda assim, refiram-se as médias mais baixas obtidas nas afirmações “uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais” com 2,051 e “uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores” com 2,171. As médias menos claramente pró-ecológicas obtidas nestas duas últimas afirmações poderão relacionar-se, por um lado (pelo menos em alguns casos e apesar das desconfianças e da necessidade sentida de preservar os recursos naturais), com o facto de os inquiridos acreditarem ainda que os produtos e as inovações da agro-indústria possam revelar-se numa opção válida para as suas actividades. Tanto mais que, para muitos deles, a eficiência e o lucro são objectivos que de forma alguma podem ser descurados. Por outro lado, só por si, nem as inovações tecnológicas, nem a busca de eficiência e viabilidade económica significam práticas delapidadoras menos sustentáveis. Ao contrário, ambas podem compreender ou decorrer de um processo de modernização ecológica integrado, cuja finalidade primordial sejam formas mais racionais de agricultura (do ponto de vista da sustentabilidade), contribuindo, em consequência, para a preservação de recursos e valores naturais.

Continuando a seguir o quadro 1, verificamos que alguns dos valores das correlações (individualmente consideradas as afirmações) são relativamente baixos. O valor global é, ainda assim, razoável (0,611), o que na leva a considerar que alguma consistência existe na escala e que podemos prosseguir com a análise. Por conseguinte, procurando uma maior funcionalidade dos dados e uma clarificação dos resultados que doze variáveis em simultâneo dificilmente permitiriam, avançamos para uma Análise Factorial de Componentes Principais que implicou, para obter uma maior percentagem de variância explicada, que três das afirmações fossem ignoradas.

Quadro 2 – Análise Factorial de Componentes Principais

	Redimensionamento	Diversidade	Tecnologia	Sustentabilidade
Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas.	0,733	-0,193	-0,089	0,068
O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações de mercado e dificulta a exploração equilibrada do mercado.	0,716	0,071	0,194	-0,073
A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o funcionamento do mercado.	0,712	0,235	0,012	-0,019
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.	0,078	0,842	-0,136	-0,033
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.	0,006	0,775	0,303	0,178
Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.	-0,054	-0,044	0,782	-0,033
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.	0,179	0,139	0,727	0,134
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.	0,093	0,041	-0,129	0,853
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	-0,131	0,065	0,268	0,759
Variância explicada	Total: 64,524%	Em cada factor:	18,041%	15,945%
			15,369%	15,169%

Tendo este tipo de análise como pressuposto que, num conjunto determinado de variáveis observáveis, há um número menor de variáveis subjacentes — componentes ou factores —, chegámos a quatro factores correspondentes de outras tantas dimensões que, admitindo não esgotar a multidimensionalidade do processo de mudança de valores e de atitudes, explicam 64,524% da variância. O valor aceitável dos KMO (0,572), ainda que não brilhante, é reforçado pelo nível de significância do teste de Bartlett (0,000), o que nos levou a avançar com a análise e tentar, por esta via, perceber como varia a adesão destes agricultores aos valores da agricultura alternativa.

Gráfico 1 – Factor *redimensionamento*

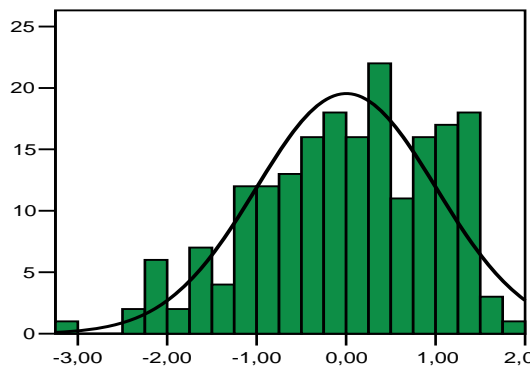


Gráfico 2 – Factor *diversidade*

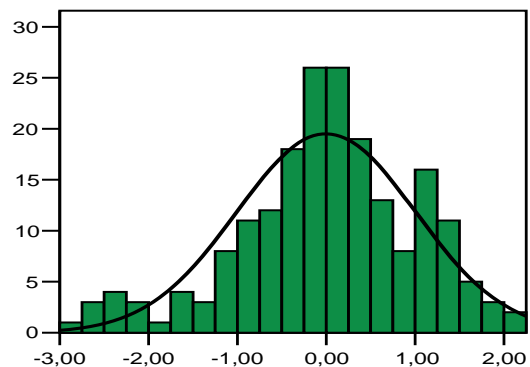


Gráfico 3 – Factor *tecno-confiança*

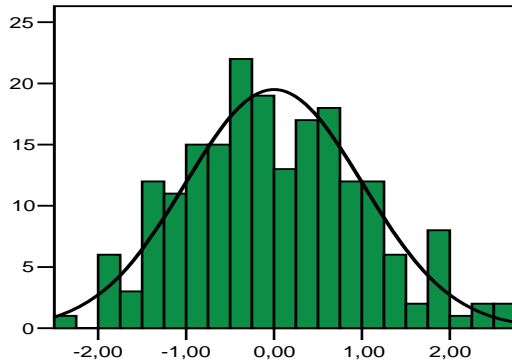
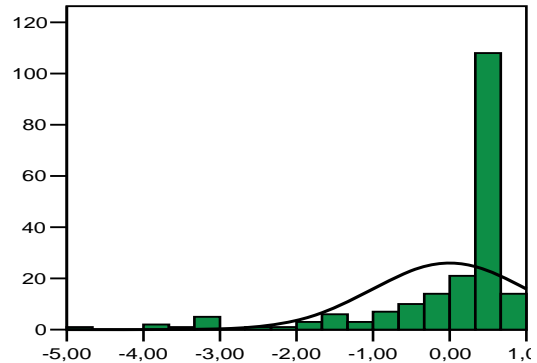


Gráfico 4 – Factor *sustentabilidade*



Desde logo, com mais de 18% da variância, o primeiro factor que resolvemos designar por “*redimensionamento*”, expressa o que de comum existe nas três variáveis que, como se pode confirmar no quadro 2, questionam, de alguma forma, os ditames do mercado e/ou do poder económico e a conseqüente dependência técnico-financeira que afasta a produção das reais necessidades de produtos agrícolas. O factor “*diversidade*”, por sua vez, com 15,945% da variância, resulta da combinação linear de duas variáveis que sucintamente se podem caracterizar pela necessidade de preservar a biodiversidade e a variedade de culturas e pela recusa da especialização agrícola como forma de fomentar rendimentos, melhorar os índices de produtividade e reduzir os riscos sempre associados à actividade agrícola.

Ambas as dimensões, como ilustram os respectivos histogramas (gráficos 1 e 2), evidenciam distribuições de frequências claramente pró-ecológicas, onde o peso dos valores alternativos (maiores que zero) é maioritário. De facto, apoiando-se nos pressupostos dos novos valores ecológicos e/ou alternativos, quer no factor “*redimensionamento*”, quer, de forma um pouco menos clara, nos perigos da perda de biodiversidade e na recusa da especialização do factor “*diversidade*”, os inquiridos evidenciam uma posição vincadamente crítica dos caminhos que têm vindo a ser delineados pela agricultura convencional produtivista.

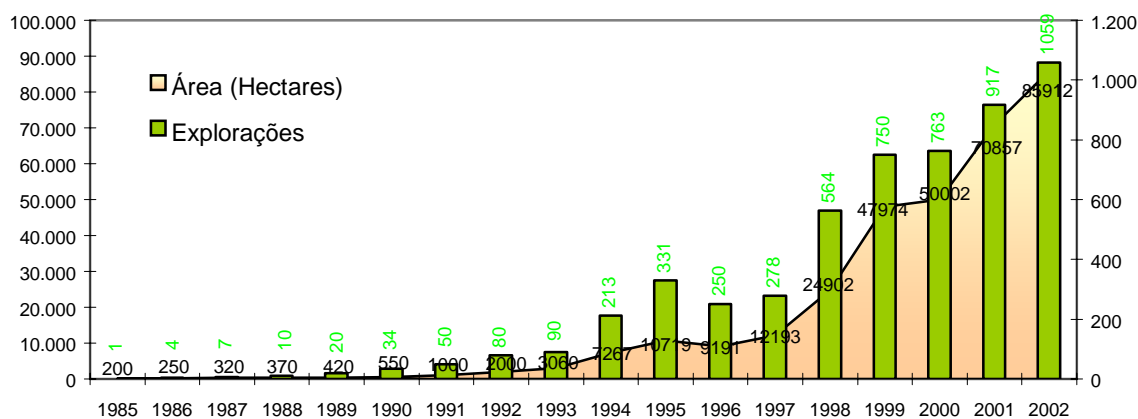
Quanto ao factor, cuja distribuição é ilustrada no gráfico 3, “*tecno-confiança*”, com 15,369% da variância deriva da combinação linear de duas variáveis que apresentam as tecnologias e os produtos agro-industriais como factores imprescindíveis à viabilidade e ao desenvolvimento das explorações agrícolas. A confiança nestas tecnologias e produtos agroindustriais, que se mantém para uma boa parte dos inquiridos, justifica o predomínio (único entre os 4 factores em análise) de frequências negativas, isto é, de posturas antropocêntricas ou convencionais. Eventualmente, como sublinha Sérgio Carvalho, ocorrerá “mais uma assimilação e apropriação dos símbolos e do discurso do que de mudanças substantivas (Carvalho, 1996: 32). Podem, com efeito, persistir modos, formas e técnicas pouco sustentáveis, que contribuem para perpetuar o modelo produtivista entre explorações ou agricultores, supostamente, convertidos aos métodos alternativos. Ainda assim, a utilização de meios tecnológicos agroindustriais, só por si, não implica uma agressão ambiental. É, sobretudo, o uso que deles se faz que determina que se revelem ou não contraproducentes ou insustentáveis. A opção pelas inovações tecnológicas pode decorrer de alguma distância em relação aos valores alternativos, mas pode também, em muitos casos, fazer parte de uma ambição de modernização ecológica que, eventualmente, corresponderá à sedimentação e desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis.

Finalmente o último factor, “*sustentabilidade*”, resulta da combinação de duas variáveis que referem as questões da preservação de recursos e dos limites naturais e explica 15,169% da variância. Como se verifica no gráfico 4, parecem ser especialmente as preocupações com a sustentabilidade que impelem com maior ímpeto os agricultores a novas atitudes e (espera-se) novas práticas. É neste factor que, de facto, se concentra uma larga maioria de inquiridos em posições claramente pró-ecológicas ainda que, simultaneamente, contemple os valores negativos mais extremos, correspondentes às

posturas mais arreigadas nas posições convencionais. Poucos são, no entanto, os agricultores que se posicionam nessa postura mais antropocêntrica, talvez porque a degradação dos solos e as dificuldades daí advindas não deixarão grandes dúvidas quanto à insustentabilidade de algumas práticas agrícolas a que começam a rarear adeptos.

De qualquer forma, globalmente, a presença de valores antropocêntricos ou convencionais (por vezes com algum peso) entre inquiridos de quem se esperaria uma adesão sem grandes reservas aos métodos agrícolas sustentáveis, poder-se-á explicar pelo facto de muitos destes agricultores terem enveredado pelo modo de produção biológico, não por convicção ético-ideológica, mas porque o programa de incentivos financeiros, enquadrados no programa agro-ambiental da reforma da Política Agrícola Comum de 1992, o ter justificado. Com efeito, em Portugal, como no conjunto dos quinze parceiros da U.E., pelo menos 70% da expansão verificada na área ocupada por explorações de agricultura biológica teve lugar após a implementação, em 1993, do regulamento (CEE) 2092/91.

Gráfico 5– Evolução da área e explorações agrícolas certificadas ou em processo de conversão em Portugal (1985 – 2002)

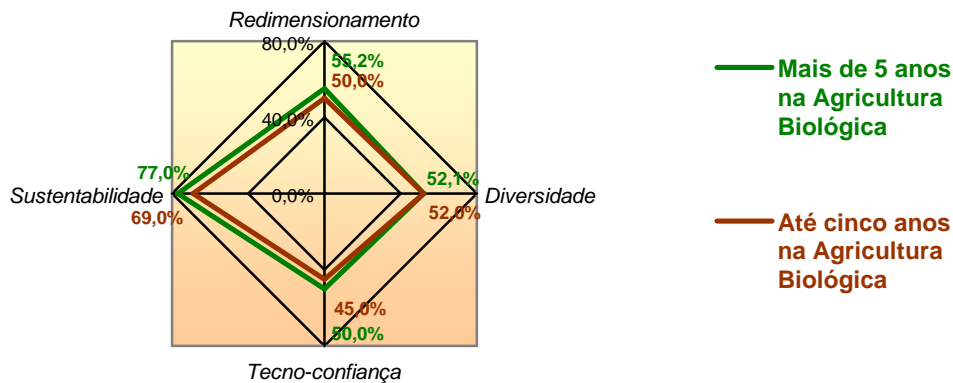


Fonte: <http://www.organic.aber.ac.uk/stats/shtml> e www.organic-europe.net/europe_eu/statistics.asp

O gráfico 5 é elucidativo da tendência de crescimento desta actividade em Portugal e de como a progressiva valorização da agricultura biológica pelas instituições de decisão política (nacionais e comunitárias) pode revelar-se num meio impulsionador de reconversão agrícola. O primeiro momento de expansão tem, de facto, início após a implementação do programa agro-ambiental português aprovado pela Comissão Europeia em Abril de 1994. A adesão dos agricultores foi, nesta altura, de acordo com a própria DGDR, muito elevada mas, justificando o período de algum retraimento exposto no gráfico 5, e de acordo com o *Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 – RURIS*, “a alteração da estrutura orgânica do Ministério da Agricultura, que se iniciou em 1996 e se estendeu a 1997, contribuiu de certa forma para o reduzido número de candidaturas”, [em 1998, no entanto,] “com a aprovação pela Comissão da alteração ao programa agro-ambiental que, nalguns casos, tornou mais favoráveis as condições de atribuição das ajudas, verificou-se um novo aumento do número de candidaturas” (Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, 1999: 54). Tem, então, início um novo período de crescimento que não mais voltará a inverter-se, atingindo-se em 2002 os 85.912 hectares e as 1.059 explorações convertidas ou em processo de conversão.

O investimento público, neste caso, parece justificar-se não só pelos resultados imediatos patentes no gráfico 5, como pela dinâmica que proporciona, constituindo um catalisador de mudança, não apenas ao nível das práticas (nesse caso, sempre contingente), mas também dos valores e das atitudes dos agricultores para com o ambiente e os recursos naturais de que, afinal, dependem.

Gráfico 6 – Adesão aos valores alternativos, segundo o tempo de permanência na agricultura biológica (frequências da ACP com valores superiores a zero)



Como se constata no gráfico 6, com excepção do factor “diversidade”, em todos os restantes há uma diferença assinalável entre os inquiridos que se converteram há mais de 5 anos e aqueles que ainda não ultrapassaram esse tempo na actividade. Não parecendo determinante, a permanência nesta actividade agrícola com métodos sustentáveis controlados e certificados, não se mostra um factor inócuo no processo de transição paradigmática que as exigências de qualidade e equilíbrio ambiental actuais crescentemente testemunham. Exigências que, confluindo com as políticas públicas de incentivo que se foram desenvolvendo, se revelam dos melhores contributos para a mudança de valores e atitudes dos próprios agricultores.

Referências bibliográficas:

- BEUS, Curtis E. e Riley E. DUNLAP (1990), “Conventional versus alternative agriculture: the paradigmatic roots of the debate”, *Rural Sociology*, 55 (4), pp. 590-615.
- BEUS, Curtis E. e Riley E. DUNLAP (1991), “Measuring adherence to alternative vs. conventional agricultural paradigms: a proposed scale”, *Rural Sociology*, 56 (3), pp. 432-460.
- BEUS, Curtis E. e Riley E. DUNLAP (1994), “Agricultural paradigms and the practice of agriculture”, *Rural Sociology*, 59 (4), pp. 620-635.
- CARVALHO, Sérgio Medeiros Paulino de (1996), “A importância da superação do paradigma produtivista pelos sistemas estaduais de pesquisa”, *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 13 (1), pp. 21-42.
- CATTON, William R., Jr., e Riley E. DUNLAP (1978), “Environmental sociology: a new paradigm”, *The American Sociologist*, 13, pp. 41-49.
- CATTON, William R., Jr., e Riley E. DUNLAP (1980), “A new ecological paradigm for post-exuberant sociology”, *American Behavioural Scientist*, 24 (1), pp. 15-47.
- Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (1999), *Plano de Desenvolvimento rural 2000-2006 – RURIS*, Lisboa, DGDR.
- DUNLAP, Riley E. (1993), “From environmental to ecological problems”, in Craig Calhoun e George Ritzer (eds.), *Social Problems*, Nova Iorque, McGraw-Hill, pp. 707-738.
- DUNLAP, Riley E., e William R. CATTON, Jr. (1993), *Struggling with Human Exemptionalism: the Rise, Decline and Revitalization of Environmental Sociology*, Washington, Department of Sociology of Washington State University.
- DUNLAP, Riley E., Kent VAN LIERE, Angela MERTIG e Robert E. JONES (2000), “Measuring endorsement of the new ecological paradigm: a revised NEP scale”, *Journal of Social Issues*, 56 (3), pp. 425-442.

- LIMA, Aida Valadas de, Elsa COIMBRA e Alexandra FIGUEIREDO (2000), “Representações e valores sobre a natureza e ambiente”, in João Ferreira de Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.
- LIMA, Aida Valadas de e João GUERRA (2004a), “Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus”, in Luisa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (Orgs.), *Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- LIMA, Aida Valadas de e João GUERRA (2004b), “Degradação ambiental, representações e novos valores ecológicos”, in João Ferreira de Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.
- OCDE (2001), *Improving the Environmental Performance of Agriculture: Policy Options and Market Approaches*, Paris, OECD Publications.
- VEIGA, José Eli da (1996), “Agricultura familiar e sustentabilidade”, *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, 13, (3), p.383-404.